

Light

Atualização de Resultados

2T2026

A Light reportou resultado positivo no 2T26, com EBITDA ajustado de R\$ 599 mi, (+82,3% A/A). O avanço é fruto da margem bruta da Distribuidora, que cresceu 49,2% puxada pelo reajuste tarifário anual, combinada a um PMSO¹ de R\$ 321 mi, queda de 1,0% A/A. Nas perdas, questão central para a emissora, houve avanço, com recuo de 0,7% na perda não técnica, ainda que o custo pela parcela não reconhecida na tarifa siga em cerca de R\$ 1 bi de EBITDA em 12 meses. Do ponto de vista de crédito, questões relevantes ligadas ao case foram resolvidas: i) a concessão da Distribuidora renovada por 30 anos até 2056; ii) aumento de capital privado de R\$ 1,5 bi concluído e; iii) pedido de encerramento da recuperação judicial protocolado. A dívida líquida ajustada consolidada somou R\$ 5,6 bi e a alavancagem consolidada ficou em 2,85x ante 2,56x no 2T25, frente ao covenant de endividamento de 3,75x dívida líquida/EBITDA. Seguem como pontos a acompanhar a revisão do gap de perdas na RTP² de 2027 e o tratamento regulatório sobre a (ASRO)³ em tramite na ANEEL.

Overview do trimestre: A Light reportou receita líquida ajustada de R\$ 3.521 milhões no 2T26, crescimento de 15,8% A/A. Na Distribuidora a receita líquida ajustada somou R\$ 3.075 milhões, avanço de 12,3%, sustentado pelo reajuste tarifário anual. Este merece detalhamento porque o efeito no trimestre é parcial. A ANEEL homologou em março efeito médio de 8,59%, patamar que vigorou na maior parte do 2T26, e a elevação para 16,69%, sendo 14,74% na baixa tensão e 21,35% na alta, só passou a valer em 11 de junho. A diferença decorre de decisão judicial obtida pela Light que suspendeu o repasse aos consumidores de R\$ 1.039 milhões de créditos da exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS. O efeito cheio do reajuste, portanto, aparecerá a partir do 3T26, e a base de comparação também ajuda, já que o reajuste de março de 2025 havia sido negativo em 1,67%. A parcela de 8,1 pontos percentuais segue sub judice e representa risco de devolução caso a decisão seja revertida. A margem bruta ajustada consolidada totalizou R\$ 1.090 milhões, expansão de 42,0% A/A. A Distribuidora respondeu por R\$ 921 milhões, alta de 49,2% e acréscimo de R\$ 304 milhões em termos absolutos, enquanto Geração e Comercialização contribuiu com R\$ 168 milhões, crescimento de 11,8% que ficou muito aquém do avanço da receita, evidenciando compressão de margem percentual no segmento de comercialização. O EBITDA ajustado consolidado atingiu R\$ 599 milhões, alta de 82,3%, com margem de 17,0% ante 10,8% no 2T25. Por segmento, a Distribuidora entregou R\$ 461 milhões, mais que o dobro do 2T25, e Geração e Comercialização R\$ 143 milhões, alta de 10,3%. Do lado dos custos, o PMSO consolidado somou R\$ 321 milhões, queda de 1,0% A/A, com dinâmicas opostas entre as verticais. Na Distribuidora o PMSO recuou 3,1%, efeito positivo de R\$ 9 milhões, com Serviços de Terceiros caindo 5,8% e Material 24,5%, parcialmente compensados com aumento em Pessoal. Em Geração e Comercialização o PMSO subiu 16,9%, para R\$ 24 milhões, refletindo a estruturação das novas operações comerciais.

Mayara Rodrigues

Analista de Renda Fixa

Rodrigo Cambricoli

Analista de Renda Fixa

Maria Luisa Paolantoni

Analista de Renda Fixa

Vitor Siqueiras, CFA

Analista de Renda Fixa

rendafixa.research@xpi.com.br

Continua na próxima página...

Light

Atualização de Resultados | 2T2026

Em sentido contrário, a PECLD saltou de R\$ 27 milhões para R\$ 108 milhões, alta de 299,4%, mas o número diz mais sobre a base do que sobre o trimestre, porque o 2T25 foi beneficiado por negociações pontuais com clientes do poder público. No 2T26 a PECLD representou 2,2% do fornecimento faturado somado ao uso de rede, patamar coerente com a operação.

O trimestre contou com a adesão da SESA ao REFIS/ RJ para encerrar a incidência de ICMS e FECP sobre subvenções econômicas da Tarifa Social e de descontos tarifários, com adesão concluída em 26 de junho de 2026. O parcelamento totaliza R\$ 2.092 milhões em 180 parcelas mensais corrigidas pela Selic, dos quais R\$ 134 milhões já foram pagos no semestre. Como o contrato de concessão assegura a cobrança desses valores dos consumidores beneficiados, a companhia reconheceu no ativo o direito de repasse de R\$ 2.054 milhões brutos e provisionou R\$ 355 milhões de perda esperada, deixando R\$ 1.699 milhões líquidos no não circulante. Foi essa provisão que levou a linha de outras receitas e despesas operacionais a R\$ 486 milhões negativos, ante R\$ 73 milhões no 2T25. O item está fora do EBITDA ajustado, mas merece acompanhamento porque o ativo é um recebível contra a base de consumidores, incluindo clientes livres e de baixa renda, e não um crédito contra o Estado.

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 327 milhões, ante R\$ 21 milhões no 2T25, com receita financeira de R\$ 132 milhões (queda de 14,7% pelo menor saldo médio de aplicações) e despesa financeira de R\$ 458 milhões (alta de 162,0%), pressionada por encargos de parcelamentos fiscais e encargos financeiros sobre acordos de longo prazo. O lucro líquido ajustado foi positivo em R\$ 150 milhões, contra prejuízo ajustado de R\$ 37 milhões, com margem líquida ajustada de 4,3%.

Três eventos estruturais concluídos no trimestre e logo após o fechamento mudam percepção de crédito. i) Em 6 de maio de 2026 foi assinado o termo aditivo que prorrogou a concessão da Light SESA por 30 anos, até 4 de junho de 2056, o que levou à reclassificação de R\$ 10.948 milhões de ativo financeiro para intangível e ao reconhecimento de R\$ 2.955 milhões de crédito fiscal diferido. ii) O aumento de capital privado foi aprovado no teto do intervalo, em R\$ 1,5 bilhão, com R\$ 1.241 milhões ingressando no caixa ainda no 2T26 e conclusão em julho. iii) A conversão mandatária das debêntures conversíveis ocorreu em 4 de agosto de 2026, com emissão de 264.107.828 ações, retirando do endividamento os R\$ 1.696 milhões da parcela conversível.

Com isso a Light concluiu todas as etapas referentes ao processo de recuperação judicial e protocolou seu pedido de encerramento. O Administrador Judicial opinou favoravelmente à emissora, em manifestação de 30 de julho de 2026, registrando o equacionamento integral da dívida quirografária original de cerca de R\$ 11 bilhões, na forma aprovada por 99,12% dos créditos votantes, com R\$ 1,5 bilhão de capital novo integralizado e R\$ 2,2 bilhões de dívida em conversão para capital. O encerramento não remite dívida nem libera garantias, de modo que as obrigações vincendas do Plano seguem exigíveis.

Figura 01: Indicadores financeiros (R\$ milhões)

Light	1S25	1S26	2T25	2T26	Light	1S25	1S26	2T25	2T26
Receita Líquida	6.309	7.232	3.041	3.521	Liquidez Corrente	1,1x	1,2x	1,1x	1,2x
EBITDA Aj.	908	1.022	329	599	Caixa / Dívida CP	2,7x	3,8x	2,7x	3,8x
Margem EBITDA Aj.	14,4%	14,1%	10,8%	17,0%	Dív. Líq./EBITDA	2,6x	2,9x	2,6x	2,9x
Lucro Líquido	230	-363	-37	150	Covenant ($\leq$)	3,75x	3,75x	3,75x	3,75x
Caixa	3176	1855	3176	1855					
Dívida Bruta	7.955	7.425	7.955	7.425					
% Curto Prazo	15%	7%	15%	7%					
Dívida Líquida	4.779	5.570	4.779	5.570					

Continua na próxima página...

Light

Atualização de Resultados | 2T2026

Operacional: Na Distribuidora, a energia distribuída somou 6.160 GWh no 2T26, alta de 0,6% A/A. O cativo cresceu 0,5%, sustentado pela classe residencial (+ 4,0%), enquanto o uso de rede recuou 0,9% pela retração industrial de 7,9%. Dessa forma, fica evidente que o mercado não é fonte de crescimento e a receita depende do reajuste tarifário anual. Nas perdas, a perda total dos últimos 12 meses ficou em 11.502 GWh, queda de 1,45%, com a perda não técnica recuando apenas 0,74%, para 9.184 GWh, e 85% concentrada nas Áreas de Severa Restrição Operativa. A relação perda total sobre carga fio segue em 30,7% e a diferença para a perda reconhecida na tarifa, de 42,88%, custou cerca de R\$ 1 bilhão de EBITDA em 12 meses, contra EBITDA ajustado consolidado de R\$ 1.948 milhões no mesmo período. Nos indicadores de qualidade os movimentos são opostos. Na continuidade houve deterioração, com o DEC subindo de 6,23h para 6,75h, praticamente colado no limite regulatório de 6,76h, e o FEC passando de 2,95x para 3,57x, ainda 20,0% abaixo do teto de 4,46x, ambos afetados pela janela de eventos climáticos atípicos desde o 4T25.. Na Geração, a energia alocada totalizou 426 MWmed, estável frente aos 425 MWmed do 2T25, mesmo com garantia física líquida menor, de 429 MWmed ante 445 MWmed, compensação explicada pela melhora do GSF, que passou de 87,7% para 94,6% em junho e de 97,1% para 101,3% em maio. O PLD médio recuou 5%, para R\$ 206/MWh. Na Comercialização, o volume negociado alcançou 1.011 MWm, alta de 28,1% A/A.

Capex: O capex consolidado somou R\$ 449 milhões no 2T26, alta de 7,1% A/A, e R\$ 798 milhões no semestre, crescimento de 11,6%. A Distribuidora respondeu por R\$ 428 milhões, (+7,4% A/A), dos quais R\$ 324 milhões foram realizados em ativos elétricos. A manutenção segue como principal linha, com R\$ 126 milhões e queda de 6,0%, mas por mudança de mix, com menos intervenções corretivas de maior porte e mais manutenção preventiva, o que enxergamos como um movimento positivo devido a uma eficaz estratégia da companhia. A expansão totalizou R\$ 117 milhões, alta de 12,8%, em reforço e ampliação de subestações e linhas de alta tensão e em automação de rede, e o plano de combate a perdas recebeu R\$ 76 milhões, (+25,6%), direcionados à substituição de medidores obsoletos. Para o próximo ciclo tarifário 2026-2030 a companhia prevê o investimento de R\$ 10 bi em sua concessionária de distribuição energia, mais que o dobro do montante investido no ciclo anterior.

Endividamento e alavancagem: A dívida bruta consolidada encerrou junho em R\$ 9.121 milhões, queda de 5,4% A/A, e a dívida bruta ajustada, que exclui a parcela conversível em ações, ficou em R\$ 7.425 milhões, redução de 6,7%. O movimento decorre da liquidação integral das Notes em moeda estrangeira da Light Energia e dos swaps associados em junho. O perfil melhorou de forma relevante, com a dívida de curto prazo caindo 58,4% para R\$ 492 milhões e 93% do total no longo prazo. A exposição cambial recuou para 23% da dívida ajustada, concentrada nos dois bonds da Distribuidora a um custo médio de dólar mais 3,5%, com 63% com taxa IPCA+4,23% e 14% ao CDI. O cronograma de amortizações é confortável, com apenas R\$ 433 milhões somando 2026 e 2027, menos de um quarto da posição de caixa, e a primeira parcela relevante apenas em 2028, de R\$ 1.264 milhões, já após a Revisão Tarifária Periódica de 2027, com o restante distribuído de forma equilibrada até 2037. O caixa consolidado fechou em R\$ 1.855 milhões, alta de 30,9% no trimestre pelo ingresso de R\$ 1.241 milhões do aumento de capital privado, mas queda de 41,6% A/A pelo uso de liquidez na liquidação das Notes. A dívida líquida somou R\$ 5.570 milhões, redução de 16,9% no trimestre e alta de 16,5% na comparação anual. A liquidez é confortável, com o caixa cobrindo 3,8 vezes a dívida de curto prazo e liquidez corrente de 1,16x.

A alavancagem divulgada foi de 2,85x, ante 3,69x no 1T26 e 2,56x no 2T25. A melhora sequencial vem do aumento de capital e da liquidação das Notes, mas a piora anual merece registro, porque a dívida líquida cresceu 16,5% enquanto o EBITDA ajustado de 12 meses avançou apenas 1,6%, de R\$ 1.918 milhões para R\$ 1.948 milhões. A cobertura de juros, medida por EBITDA ajustado sobre despesa financeira em 12 meses, ficou em 1,2x, patamar apertado. A Distribuidora concentra o endividamento, com dívida líquida de R\$ 6.396 milhões, crescimento de 47,0% A/A, e caixa de apenas R\$ 330 milhões, enquanto a Light Energia segue pouco alavancada, em 0,97x.

Continua na próxima página...

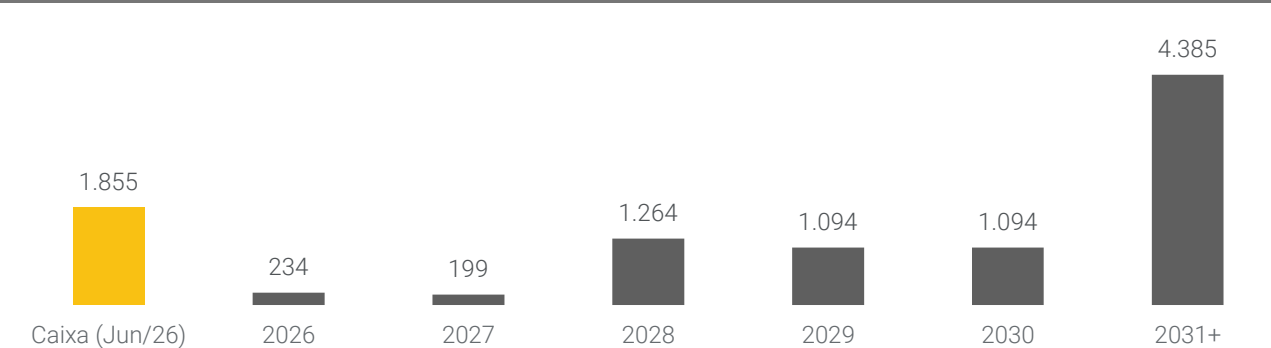
Light

Atualização de Resultados | 2T2026

Nos covenants, a holding não possui travas financeiras e as escrituras das subsidiárias exigem dívida líquida sobre EBITDA abaixo de 3,75x na SESA e 2,5x na Light Energia, além de cobertura de juros acima de 2,0x em ambas. O índice da SESA é apurado em base consolidada conforme as escrituras, razão pela qual o 2,85x divulgado é o número comparável ao teto e não a alavancagem da SESA isolada. O vencimento antecipado só é disparado com descumprimento em dois trimestres consecutivos ou quatro

Do ponto de vista de crédito, o resultado do trimestre foi bom e contou com eventos relevantes para a redução do risco ligado ao case, com a concessão renovada por 30 anos, o aumento de capital de R\$ 1,5 bilhão concluído, a conversão mandatória retirando R\$ 1.696 milhões do endividamento em agosto e o pedido de encerramento da recuperação judicial protocolado. **Ainda assim, a avaliação depende de recorrência.** O salto de 82,3% no EBITDA ajustado partiu de uma base fraca e veio majoritariamente de reajuste tarifário e de comparativos favorecidos em contingências, enquanto o mercado segue negativo no semestre, a perda não técnica recua em ritmo marginal e consome cerca de R\$ 1 bilhão de EBITDA ao ano, a cobertura de juros é apertada e a dívida líquida da Distribuidora cresceu 47,0% A/A com o ciclo de investimentos em aceleração. É preciso ver o patamar de EBITDA se sustentar por alguns trimestres, com queda efetiva de perdas e capex convertido em base remunerável na Revisão Tarifária Periódica de 2027, antes de tratar a melhora como estrutural.

Figura 02: Cronograma de amortização da dívida - R\$ milhões



Disclaimer

1. Este relatório de análise foi elaborado pela XP Investimentos CCTVM S.A. ("XP Investimentos ou XP") de acordo com todas as exigências previstas na Resolução CVM 20/2021, tem como objetivo fornecer informações que possam auxiliar o investidor a tomar sua própria decisão de investimento, não constituindo qualquer tipo de oferta ou solicitação de compra e/ou venda de qualquer produto. As informações contidas neste relatório são consideradas válidas na data de sua divulgação e foram obtidas de fontes públicas. A XP Investimentos não se responsabiliza por qualquer decisão tomada pelo cliente com base no presente relatório.
2. Este relatório foi elaborado considerando a classificação de risco dos produtos de modo a gerar resultados de alocação para cada perfil de investidor.
3. O(s) signatário(s) deste relatório declara(m) que as recomendações refletem única e exclusivamente suas análises e opiniões pessoais, que foram produzidas de forma independente, inclusive em relação à XP Investimentos e que estão sujeitas a modificações sem aviso prévio em decorrência de alterações nas condições de mercado, e que sua(s) remuneração(es) é(são) indiretamente influenciada por receitas provenientes dos negócios e operações financeiras realizadas pela XP Investimentos.
4. O analista responsável pelo conteúdo deste relatório e pelo cumprimento da Resolução CVM nº 20/2021 está indicado acima, sendo que, caso constem a indicação de mais um analista no relatório, o responsável será o primeiro analista credenciado a ser mencionado no relatório.
5. Os analistas da XP Investimentos estão obrigados ao cumprimento de todas as regras previstas no Código de Conduta da APIMEC Brasil para o Analista de Valores Mobiliários e na Política de Conduta dos Analistas de Valores Mobiliários da XP Investimentos.
6. O atendimento de nossos clientes é realizado por empregados da XP Investimentos ou por assessores de investimento que desempenham suas atividades por meio da XP, em conformidade com a Resolução CVM nº 178/2023, os quais encontram-se registrados na Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários – ANCORD. O assessor de investimento não pode realizar consultoria, administração ou gestão de patrimônio de clientes, devendo atuar como intermediário e solicitar autorização prévia do cliente para a realização de qualquer operação no mercado de capitais.
7. Para fins de verificação da adequação do perfil do investidor aos serviços e produtos de investimento oferecidos pela XP Investimentos, utilizamos a metodologia de adequação dos produtos por portfólio, nos termos das Regras e Procedimentos ANBIMA de Suitability nº 01 e do Código ANBIMA de Distribuição de Produtos de Investimento. Essa metodologia consiste em atribuir uma pontuação máxima de risco para cada perfil de investidor (conservador, moderado e agressivo), bem como uma pontuação de risco para cada um dos produtos oferecidos pela XP Investimentos, de modo que todos os clientes possam ter acesso a todos os produtos, desde que dentro das quantidades e limites da pontuação de risco definidas para o seu perfil. Antes de aplicar nos produtos e/ou contratar os serviços objeto deste material, é importante que você verifique se a sua pontuação de risco atual comporta a aplicação nos produtos e/ou a contratação dos serviços em questão, bem como se há limitações de volume, concentração e/ou quantidade para a aplicação desejada. Você pode consultar essas informações diretamente no momento da transmissão da sua ordem ou, ainda, consultando o risco geral da sua carteira na tela de carteira (Visão Risco). Caso a sua pontuação de risco atual não comporte a aplicação/contratação pretendida, ou caso existam limitações em relação à quantidade e/ou volume financeiro para a referida aplicação/contratação, isto significa que, com base na composição atual da sua carteira, esta aplicação/contratação não está adequada ao seu perfil. Em caso de dúvidas sobre o processo de adequação dos produtos oferecidos pela XP Investimentos ao seu perfil de investidor, consulte o FAQ. As condições de mercado, mudanças climáticas e o cenário macroeconômico podem afetar o desempenho do investimento.
8. A rentabilidade de produtos financeiros pode apresentar variações e seu preço ou valor pode aumentar ou diminuir num curto espaço de tempo. Os desempenhos anteriores não são necessariamente indicativos de resultados futuros. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. As informações presentes neste material são baseadas em simulações e os resultados reais poderão ser significativamente diferentes.
9. Este relatório é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamento da XP Investimentos, incluindo assessores de investimentos da XP e clientes da XP, podendo também ser divulgado no site da XP. Fica proibida sua reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da XP Investimentos.
10. SAC. 0800 77 20202. A Ouvidoria da XP Investimentos tem a missão de servir de canal de contato sempre que os clientes que não se sentirem satisfeitos com as soluções dadas pela empresa aos seus problemas. O contato pode ser realizado por meio do telefone: 0800 722 3710.
11. O custo da operação e a política de cobrança estão definidos nas tabelas de custos operacionais disponibilizadas no site da XP Investimentos: www.xpi.com.br.
12. A XP Investimentos se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste relatório ou seu conteúdo.
13. A Avaliação Técnica e a Avaliação de Fundamentos seguem diferentes metodologias de análise. A Análise Técnica é executada seguindo conceitos como tendência, suporte, resistência, candles, volumes, médias móveis entre outros. Já a Análise Fundamentalista utiliza como informação os resultados divulgados pelas companhias emissoras e suas projeções. Desta forma, as opiniões dos Analistas Fundamentalistas, que buscam os melhores retornos dadas as condições de mercado, o cenário macroeconômico e os eventos específicos da empresa e do setor, podem divergir das opiniões dos Analistas Técnicos, que visam identificar os movimentos mais prováveis dos preços dos ativos, com utilização de "stops" para limitar as possíveis perdas.
14. Ação é uma fração do capital de uma empresa que é negociada no mercado. É um título de renda variável, ou seja, um investimento no qual a rentabilidade não é preestabelecida, varia conforme as cotações de mercado. O investimento em ações é um investimento de alto risco e os desempenhos anteriores não são necessariamente indicativos de resultados futuros e nenhuma declaração ou garantia, de forma expressa ou implícita, é feita neste material em relação a desempenhos. As condições de mercado, o cenário macroeconômico, os eventos específicos da empresa e do setor podem afetar o desempenho do investimento, podendo resultar até mesmo em significativas perdas patrimoniais. A duração recomendada para o investimento é de médio-longo prazo. Não há quaisquer garantias sobre o patrimônio do cliente neste tipo de produto.
15. O investimento em opções é preferencialmente indicado para investidores de perfil agressivo, de acordo com a política de suitability praticada pela XP Investimentos. No mercado de opções, são negociados direitos de compra ou venda de um bem por preço fixado em data futura, devendo o adquirente do direito negociado pagar um prêmio ao vendedor tal como num acordo seguro. As operações com esses derivativos são consideradas de risco muito alto por apresentarem altas relações de risco e retorno e algumas posições apresentarem a possibilidade de perdas superiores ao capital investido. A duração recomendada para o investimento é de curto prazo e o patrimônio do cliente não está garantido neste tipo de produto.
16. O investimento em termos são contratos para compra ou a venda de uma determinada quantidade de ações, a um preço fixado, para liquidação em prazo determinado. O prazo do contrato a Termo é livremente escolhido pelos investidores, obedecendo o prazo mínimo de 16 dias e máximo de 999 dias corridos. O preço será o valor da ação adicionado de uma parcela correspondente aos juros – que são fixados livremente em mercado, em função do prazo do contrato. Toda transação a termo requer um depósito de garantia. Essas garantias são prestadas em duas formas: cobertura ou margem.
17. O investimento em Mercados Futuros embute riscos de perdas patrimoniais significativos. Commodity é um objeto ou determinante de preço de um contrato futuro ou outro instrumento derivativo, podendo consubstanciar um índice, uma taxa, um valor mobiliário ou produto físico. É um investimento de risco muito alto, que contempla a possibilidade de oscilação de preço devido à utilização de alavancagem financeira. A duração recomendada para o investimento é de curto prazo e o patrimônio do cliente não está garantido neste tipo de produto. As condições de mercado, mudanças climáticas e o cenário macroeconômico podem afetar o desempenho do investimento.
18. ESTA INSTITUIÇÃO É ADERENTE AO CÓDIGO ANBIMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE INVESTIMENTO.

